

A VISÃO DO OUTRO: as representações do “eu” afro-argentino no século XIX

Andressa Bastos Paz

Resumo

A constituição da história oficial da Argentina se produziu através de um genocídio discursivo. Esta reflexão apresenta um panorama do processo de construção do imaginário de identidade nacional que, através de uma cegueira sistemática, nega a presença dos aportes afro-argentinos na história do país. O que sabemos sobre a participação dos afro-argentinos na construção identitária do país? O que sabemos sobre suas contribuições que se disseminam na sociedade argentina até hoje? Se explorou dois importantes jornais afroporteños — La Juventud e La Broma, com o intuito de examinar as representações do “eu” afro-argentino, contrapondo a narrativa oficial à de autoria negra. Com a consolidação de um campo interdisciplinar de estudos sobre a presença e os aportes afro-argentinos na virada do último século, exploraram-se novas leituras da história, possibilitando a (re)visibilização e (re)conhecimento de um coletivo marginalizado e invisibilizado. Este estudo tem como objetivo analisar algumas memórias afrodescendentes (no plural), em termos de processos subjetivos, ou seja, elementos simbólicos e materiais. O trabalho está centrado nos conflitos e atividades de atuação da população de origem africana na Argentina do século XIX.

Palavras-chave: afro-argentino; genocídio discursivo; literatura.

THE VIEW OF THE OTHER:

the representations of the afro-argentinean "self" in the nineteenth century

Abstract

The constitution of the official history of Argentina produced itself through a discursive genocide. This reflection presents an overview of the construction process of the national identity imaginary that, through systematic blindness, denies the presence of afro-argentine contributions in the country's history. Two important afroporteños newspapers were explored — La Juventud and La Broma, in order to examine the representations of the afro-argentine “I”, opposing the official narrative to the one of black authorship. With the consolidation of an interdisciplinary field of studies on the presence and contributions of Afro-Argentines at the turn of the century, new readings of history were explored that made possible the (re) visibility and (re) knowledge of a marginalized and invisible group. This study aims to analyze some Afro-descendant memories (plural), in terms of subjective processes, that is, symbolic and material elements. The work focuses on the conflicts and activities of the population of African origin in 19th century Argentina.

Keywords: afro-argentine; discursive genocide; literature.

LA VISIÓN DEL OTRO:

las representaciones del “yo” afroargentino en el siglo XIX

Resumen

La constitución de la historia oficial de Argentina se produjo a través de un genocidio discursivo. Esta reflexión presenta un panorama del proceso de construcción del imaginario

de identidade nacional que, a través de una ceguera sistemática, niega la presencia de los aportes afroargentinos en la historia del país. ¿Qué sabemos de la participación de los afroargentinos en la construcción identitaria del país? ¿Qué sabemos de sus aportes que hasta hoy se difunden en la sociedad argentina? Se exploró dos importantes periódicos afroporteños — La Juventud y La Broma, con el objetivo de examinar las representaciones del “yo” afroargentino, contraponiendo la narrativa oficial a la de autoría negra. Con la consolidación de un campo interdisciplinario de estudios sobre la presencia y aportes de los afroargentinos en el cambio de siglo, se exploraron nuevas lecturas de la historia que posibilitaron la (re)visibilidad y (re)conocimiento de un colectivo marginado e invisible. Este estudio tiene como objetivo analizar algunas memorias afrodescendientes (en plural), en términos de procesos subjetivos, es decir, elementos simbólicos y materiales. El trabajo se centra en los conflictos y actividades de la población de origen africano en la Argentina del siglo XIX.

Palabras clave: afroargentino; genocidio discursivo; literatura.

INTRODUÇÃO

Esta reflexão apresenta um panorama do processo de construção de um imaginário de identidade argentina que, por meio de uma cegueira sistemática, nega a presença das contribuições afro-argentinas e negras na história da nação. O que sabemos sobre a participação dos afro-argentinos na construção identitária do país? O que sabemos sobre suas contribuições que se disseminam na sociedade argentina até hoje?

O projeto, como um todo, foi construído a partir da perspectiva de uma “*mirada extrañada*”¹ (Frugoni, 2003), cujas implicações resultam em uma espécie de “distanciamento” do estudo, ponto que parece essencial esclarecer. Este trabalho foi desenvolvido por uma pesquisadora brasileira e branca, ciente dos privilégios que a condição de branca lhe confere e consciente de que o racismo é um problema atual e não somente um legado histórico. Ao mesmo tempo, é por meio desse distanciamento e “estranhamento”, isto é, um olhar com ótica observadora, que se faz uma análise particular do processo de invenção da Argentina.

Segundo Said (2017), a narrativa, forjada desde o princípio da colonização mediante as obras de escritores e intelectuais ocidentais, é o núcleo do imaginário que se tem atualmente das ex-colônias. O elo entre cultura e imperialismo, dicotomia que ainda se observa nos territórios latino-americanos, se fundamenta, conforme o autor, no poder de narrar e de impedir a emergência da narrativa do outro. De modo que o colonizador, seguindo Memmi (1977), falsifica a história através de textos que ressaltam suas qualidades ao insistir no discurso que destaca os defeitos e a inferioridade dos povos escravizados e de origem afro, com o fim de justificar seus atos de usurpador.

Mignolo (2007), semiólogo argentino e professor de literatura na Universidade de Duke, nos Estados Unidos, contribui com o pensamento decolonial ao defender a descolonização epistêmica, visto que é no campo epistemológico que o discurso da modernidade (re)produz discursos e narrativas que amparam a colonialidade. Este epistemicídio, promovido pelo etnocentrismo europeu, colonizou o território, o espaço e o

¹ Determinados conceitos e expressões permaneceram no espanhol, isto é, não foram traduzidos.

tempo dos povos colonizados; omitiu histórias e narrativas; criou e legitimou um imaginário de supremacia epistemológica europeia.

A construção da história oficial argentina se produziu através de um genocídio discursivo, como aborda Solomianski (2003) em seu livro “Identidades secretas: la negritud argentina”. O autor ressalta, ainda em seu trabalho, a não existência de um único (e estático) imaginário de identidade nacional argentina. Entretanto, a literatura — e o discurso — que poderiam servir de mecanismo de subversão da ordem hegemônica, formataram a perceptividade do afro-argentino, ocultando seus aportes e importância. Este processo de branqueamento simbólico, em outras palavras, fortaleceu a colonização do imaginário (GRUZINSKI, 2003); o negro foi apagado ideologicamente do imaginário nacional; seu corpo (não europeu) apropriado pelos interesses da elite branca.

O primeiro estudo empírico da temática afro argentina somente se publicou no final do século XX. A obra *Los afroargentinos de Buenos Aires* (1980), de George Reid Andrews, historiador e destacado professor estadunidense da Universidade de Pittsburgh, trouxe dados até então ocultados nos registros oficiais e nas estatísticas do país. Isto é, a *Ciudad Letrada* (RAMA, 1984) se encarregou de “obviar” o discurso oficial para gerar o mito da Argentina branca. As implicações do discurso de “desaparecimento” do afrodescendente, germinado no século XIX, ressoam ainda hoje na narrativa oficial. Com a consolidação de um campo interdisciplinar de estudos sobre a presença e os aportes afro-argentinos na virada do último século, exploraram-se novas leituras da história, possibilitando a (re)visibilização e (re)conhecimento de um coletivo marginalizado e invisibilizado.

“As palavras nunca são inocentes”: o discurso que nega a alteridade — na tentativa de embranquecer e homogeneizar a sociedade argentina no final do século 19 — funcionou como uma espécie de ferramenta para erradicar do discurso nacional todos os traços étnicos de raiz africana. A famosa *Generación de 1837*, formada por uma elite branca, foi o estopim para iniciar o processo de isolamento e silenciamento do negro na história oficial. Para Shumway (2008), a herança deixada pelos intelectuais argentinos do século 19, os primeiros responsáveis pela tentativa de formular uma ideia de país, foi o início do processo de “invenção da Argentina”. Esse discurso invisibilizador favorecia as práticas de branqueamento, que negavam a existência dos afro-argentinos.

Grande personagem da época, o ex-presidente Domingo Faustino Sarmiento, afirmou, em 1833, que o negro, como elemento social, havia desaparecido. Como resultado, o massacre discursivo deu origem à famosa teoria do “*crisol de razas*” (branco e europeu), difundida pelos governantes no final do século XIX e início do século XX. Esse processo de branqueamento simbólico, ou seja, fortaleceu a colonização do imaginário (GRUZINSKI, 2003); o preto foi ideologicamente apagado do imaginário nacional; seu corpo (não europeu) apropriado pelos interesses da elite branca.

Ao longo de cinco séculos de apropriação e exploração, através de obras de alguns “intelectuais progressistas”, foram produzidas “literaturas indigenistas, negristas y gauchescas”. Porém, é importante lembrar que existiam também as versões dos oprimidos e dos vencidos (nem sempre oral): literaturas (e vozes) esquecidas e apagadas da memória (SOLOMIANSKI, 2003).

Nas últimas décadas, alguns pesquisadores e, sobretudo, os próprios afrodescendentes, voltaram a questionar o pensamento hegemônico do imaginário nacional. As histórias alternativas (numa diversidade de formas de materialização da memória), que permanecem silenciadas sob essa construção hegemônica, foram fortalecidas, permitindo o (re)aparecimento de atores e sujeitos negados e ocultados. Segundo Huyssen (2000), essa obsessão com o passado, perceptível na intensidade dos discursos, é o processo do “boom da memória”.

Este estudo tem como objetivo analisar algumas memórias afrodescendentes (no plural), em termos de processos subjetivos, ou seja, elementos simbólicos e materiais. O trabalho está centrado nos conflitos e atividades de atuação da população de origem africana na Argentina do século XIX.

PRESENÇA AFRO-ARGENTINA: DA COLÔNIA À INDEPENDÊNCIA

Ninguém nasce escravo, mas é submetido por (a) Outro à escravidão. A palavra escravizado se refere à história de pessoas que foram sequestradas, transplantadas, exploradas e objetificadas por outra pessoa. O subjugador, o homem branco, seguindo Solomianski (2003), fez do “outro” algo não humano, ou seja, negou sua humanidade.

A escravidão transatlântica de africanos, a tragédia mais vergonhosa da história da humanidade, também ocorreu na Argentina. A primeira entrada de africanos escravizados no Rio da Prata é atribuída ainda ao século XVI. O Rio da Prata era a principal porta de entrada para as riquezas minerais do Peru. As rotas, gradativamente, foram estendendo-se às áreas do território com maior desenvolvimento e expansão comercial: da atual cidade de Córdoba à antiga Tucumán (atual noroeste da Argentina).

Na última metade do século XVIII, a situação começou a mudar na cidade de Buenos Aires que, em 1772, com a queda abrupta da produção da prata em Potosí, tornou-se o centro econômico e político do novo Vice-Reino do Rio da Prata. Ao longo do período do vice-reinado, estima-se que cerca de 60 mil escravizados desembarcaram no Rio da Prata (um número que não estima o contrabando ou a entrada por terras fronteiriças do sul do Brasil). Em 1778, poucos anos após a criação do Vice-Reino, o Vice-rei Juan José de Vértiz, por ordem da coroa espanhola, realizou um primeiro censo populacional que confirmou a alta concentração de afrodescendentes no território (ANDREWS, 1989).

Os resultados verificaram que 37% da população do território do vice-reinado foi classificada como “negros, mulatos, pardos y zambos”, livre e escravizada. Nas províncias de Santiago del Estero, Catamarca, Tucumán, Córdoba e Salta, os afrodescendentes constituíam mais de 50% da população total. No centro econômico e intelectual, Buenos Aires, os negros representavam 28,4%, ou seja, 6.825 de um total de 24.083 habitantes (SPARTA, Luciana L. XIII Congresso Internacional da ALADDA, 2013).

Apesar da imagem cristalizada de um afro-argentino colonial dedicado apenas às tarefas domésticas, os escravizados eram designados ao trabalho forçado em praticamente todas as tarefas produtivas: agricultura, pecuária, construção e carpintaria (SOLOMIANSKI, 2003, p. 72).

Segundo Andrews (1989), as atividades laborais das funções dos afro-argentinos eram tão difundidas e gerais que:

Es justo decir que, si cada trabajador esclavo en la Buenos Aires de 1800 se hubiera repentinamente desvanecido, la actividad económica hubiera llegado a un punto muerto en cuestión de horas (ANDREWS, 1989, p. 31).

Para Andrews (1989), os afro-argentinos não eram considerados nos registros oficiais pelos censistas e estatísticos. É verdade que alguns fatores levaram à explicação do suposto “desaparecimento” dos afrodescendentes na Argentina. O argumento mais recorrente na literatura especializada é o da morte de africanos e afro-argentinos nas guerras de independência e, posteriormente, nas lutas civis.

A miscigenação é outra premissa sustentada — essencialmente devido às mortes de homens em campanhas militares. Esse argumento se consolidou com o grande fluxo de imigrantes europeus do sexo masculino ocorrido a partir de 1850. Ou seja, o ápice da migração europeia (com seu auge entre 1876 e 1914) também teria propiciado a miscigenação e a mudança de costumes (ANDREWS, 1989).

Uma terceira explicação concentra-se nas baixas taxas de natalidade e nas altas taxas de mortalidade na comunidade afro-argentina. A alta mortalidade atingiu seu cume com a epidemia de febre amarela em 1871, um evento catastrófico na história da cidade, que afetou, sobretudo, a população “de cor”.

A abolição do tráfico e a Lei da Liberdade do Ventre de 1813 (que resultou no fim da importação em grande escala de africanos para o país) é outro argumento frequentemente empregado para explicar o “desaparecimento” da comunidade afrodescendente. Nem mesmo a forte presença da população afro-argentina nas guerras, que ocasionou em um elevado número de mortes nos campos de batalha, fez com que a população negra desaparecesse.

Não obstante, ainda que todas as hipóteses fossem verdadeiras, como aponta Andrews (1989), nenhum desses motivos seria suficiente para comprovar o desaparecimento “total” da população negra. Além disso, essas *excusas* fortaleceram o genocídio discursivo.

Finalmente, o processo de miscigenação com a população europeia é incontestável, contudo, é impossível que sua abrangência tenha implicado no desaparecimento total da população afro-argentina. Em outras palavras, o projeto de nação racista que o Estado sustentava se mostrou a ferramenta mais eficaz de invisibilização da presença e contribuição dos afro-argentinos no país.

A DICOTOMIA ENTRE CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE: O GENOCÍDIO DISCURSIVO

O conflito entre Buenos Aires e o interior do país é uma questão política central na história argentina do século XIX — e está fortemente relacionada a esta reflexão. Ao longo do século, o país se fragmentou no que pareciam ser duas facções. Por um lado, havia aqueles que defendiam um forte governo central: os *unitários*, de outro, os *federales*, que aspiravam um

sistema de confederação, isto é, que as províncias pudessem manter uma maior autonomia sobre seus assuntos internos.

Os *unitarios* promoveram a hegemonia de Buenos Aires diante do país. Economicamente, tendiam a apoiar o livre comércio, os princípios econômicos liberais e um sistema republicano de governo; fortemente apoiados pelo pensamento iluminista francês e, em certa medida, pelo exemplo político dos Estados Unidos.

O federalismo, como movimento, era apoiado pelos “*caudillos*” (homens de armas), que governavam as províncias do interior na segunda metade do século. No entanto, seus principais líderes se fragmentavam, pois gozavam de total liberdade e independência entre suas ações. A oposição à centralização do poder em Buenos Aires foi um de seus poucos temas unificadores (ANDREWS, 1989, p. 23).

Segundo Yao (2016), um espírito de discórdia se formou no território argentino, baseado no antagonismo entre civilização e barbárie. Em outras palavras, além de suportar os horrores da escravidão e o discurso genocida, os afro-argentinos se viram envolvidos no confronto entre *federales* e *unitarios*

Juan Manuel de Rosas, um dos nomes mais destacados entre os federais, assumiu o poder na província em 1829, após ser eleito pela legislatura provincial. Rosas governou a província de Buenos Aires por um longo período; seu primeiro mandato durou até 1832 e, posteriormente, em um segundo governo, de 1835 a 1852.

Uma das estratégias mais importantes de sua gestão foi conquistar o apoio de setores da população antes subalternizados pelo aparato político — entre os quais se encontravam os afro-argentinos (escravizados, livres e libertos da pátria). Com o intuito de conseguir apoio para a causa dos *federales*, o “Restaurador” se encarregou de cortejar os setores “negros”, oferecendo-lhes “agrados” e genuínas concessões. (GOMES, 2002).

Apesar disso, é preciso ressaltar que somente depois da queda do rosismo a “*patria madre*” aprovou a constituição que aboliu totalmente a escravidão. A Constituição Nacional de 1853, apoiada nas ideias das *Bases y Puntos de Partida para la Organización de la República Argentina* de Juan Bautista Alberdi, proclamou que “no hay esclavos en la Confederación Argentina; los pocos que hoy existen quedan libres desde la jura de esta Constitución” (ALBERDI, 1852, artículo 75 inciso 17). No entanto, é importante destacar a adesão tardia de Buenos Aires, que persistiu com o regime escravista até 1861, quando a província finalmente aderiu à Confederação — submetendo-se à Constituição.

Em 1852, os *unitarios* assumiram o controle da província de Buenos Aires, enquanto os *federales* mantiveram o poder no interior do país. Aproveitando a conjuntura, os *unitarios* vincularam a figura do “ditador” com a dos afro-argentinos — alvos preferidos dos violentos discursos contra o líder federal. Andrews afirma que:

el racismo de los unitarios blancos se combinó con su odio por Rosas y los federales para transformar a los sectores negros en un símbolo recurrente del supuesto salvajismo y la barbarie (ANDREWS, 1989, p. 20).

As posições políticas de Rosas geraram duras críticas por parte de um grupo de jovens intelectuais — cujos principais representantes foram Esteban Echeverría, Juan Bautista

Alberdi e José Mármol (a quem se juntou mais tarde Domingo Faustino Sarmiento). Essa famosa geração foi a responsável por começar a formar uma ideia de nação argentina — que excluía todos os elementos não brancos.

Sua obra literária, considerada fundacional, se encarregou de "construir" um ser nacional, cuja base estaria marcada nos valores do progresso oitocentista. O outro não podia mais coexistir no mesmo território: os africanos e seus descendentes tornaram-se elementos indesejáveis e estranhos ao projeto nacional.

Entre os intelectuais exilados durante o período rosista, alguns seriam posteriormente identificados como integrantes da Geração de 37 — que reuniu escritores dispostos a escrever as "memórias" da pátria. Para o primeiro crítico literário argentino, Juan María Gutiérrez, a *literatura y la patria iban de la mano*, quer dizer, caminham juntas. Em outras palavras, a literatura nacional cumpria, sabidamente, uma clara função política como mecanismo de invenção da história.

Seguindo Andrews (1989, p. 103) “El pensamiento de Sarmiento era profundamente racista”, de modo que, *Facundo o Civilización y Barbarie*, quiçá tenha sido a obra mais representativa desse esquema dicotômico de pensamento da sociedade argentina no século XIX.

A violenta oposição entre *federales* e *unitarios*, bem como a representação desdenhosa e animalizada dos descendentes de africanos, foram abordadas em *Amalia*, único romance de José Mármol — publicado na década de 1850, e *El Matadero*, um relato escrito por Esteban Echeverría em 1840 e publicado postumamente em 1871.

No discurso de Mármol, a “raça africana” não se referia apenas a questões fenotípicas, mas a um somatório de características físicas, morais e sociais. Para Mármol, os negros estavam inclinados a “ejecutar el mal”, facultades essas evidenciadas “en los instintos perversos que se revelaron en aquella clase de la sociedad” (MÁRMOL, 1877, p. 211).

Por meio de traços exagerados e grotescos, os afrodescendentes são descritos com características próximas à animalidade, legitimando o discurso de que eram “seres casi infrahumanos” (YAO, 2015, p. 8). Ou seja, seus corpos frequentemente eram associados ao reino animal. “En la narración, convertir en grotescos los cuerpos y sus acciones es un recurso literario y político” (GUEVARA-JARAMILLO, 2019, p. 7).

Conforme Ghidoli (2016, p. 4), assuntos pertencentes a outras culturas ou raças podem ser abordados sob a ótica da estética do grotesco, que é aplicada “como modo de despersonalización y degradación”, por meio de recursos como o cômico, o aterrorizante e o repugnante.

En estas narraciones, los descendientes de africanos eran representados mediante cuerpos arrastrados por pasiones e instintos animales, sin agencia racional en terrenos políticos e intelectuales. Eran, asimismo, cuerpos sucios, malolientes, similares a los de animales rastroeros o carroñeros, que vivían rodeados de seres del mundo animal y adquirirían sus atributos[...] (GUEVARA-JARAMILLO, 2019, p. 18).

Facundo o Civilización y Barbarie, El Matadero e Amalia foram algumas das obras do chamado “*ciclo de la tiranía*”, época em que, segundo Hebe Beatriz Molina, vários textos literários foram publicados com o propósito explícito de rememorar o rosismo.

Segundo Guevara-Jaramillo (2019), o contexto político de civilização e barbárie reforçou uma série de ideias sobre os afrodescendentes. Por meio do discurso, os corpos de homens e mulheres afrodescendentes foram marcados pela barbárie. Portanto, a civilização atribuiu o progresso do país ao “mejoramiento indefinido de la especie humana”, isto é, ao branqueamento.

O discurso literário funcionou, destarte, como mecanismo de propagação das ideias hegemônicas de progresso para a nação e, portanto, afetou essencialmente os afro-argentinos, frequentemente associados à barbárie e ao atraso. Esse pensamento, expresso nas obras literárias da época, sustentava as representações que reafirmavam as hierarquias raciais, morais e sociais.

REEMERGÊNCIA AFRO-ARGENTINA: A REIVINDICAÇÃO DO PROTAGONISMO

É inegável a participação ativa e a presença dos afro-argentinos nas artes. No período colonial, as *cofradías* (irmandades) religiosas, controladas pelo poder da igreja católica, possibilitaram suas primeiras reuniões sob o regime escravista.

O desejo de se encontrar e se relacionar “*con los suyos*” incentivou a criação de sociedades próprias. As *Naciones*, desvinculadas da Igreja Católica, ofereciam às comunidades afrodescendentes um espaço de organização com base na herança cultural africana. Respeitando o local de origem, eles reuniram africanos e afrodescendentes, promovendo ações culturais e inclusive organizavam arrecadação de dinheiro para a alforria de um membro ainda escravizado.

Segundo Andrews (1989), a vitalidade da dança africana e afro-argentina, como o Candombe — dança da cultura africana bantu, (re)significada após o contato com o Outro — não pôde ser reprimida pela sociedade portenha, embora sua popularidade tenha se desvanecido significativamente após 1850.

La popularidad de la danza, y en verdad la institución de las danzas africanas públicas, se desvanecieron significativamente después de 1850. Si bien las naciones siguieron realizando candombes durante las décadas de 1850 y 1860, el público que asistía a esos bailes fue disminuyendo, ya que los jóvenes afroargentinos trataban de integrarse en la sociedad porteña adoptando los vales, las polcas y las mazurcas populares entre los blancos, y abandonando las danzas tan estrechamente relacionadas con su ascendencia africana (ANDREWS, 1989, p. 194).

A necessidade de se integrar a uma sociedade cujo projeto nacional proclamava o “branqueamento” da pele e das ideias talvez tenha influenciado alguns afro-argentinos que conseguiram ascender. Parte dessa inédita elite, cujos ideais circulavam no pensamento da época, abandonou as referências culturais africanas e adotou contribuições europeias. Por isso, pode-se dizer que o racismo estrutural também moldou o pensamento dos afro-

argentinos: o processo de formação da identidade nacional, ocorrido na última metade do século XIX, propagou um discurso que negava a existência da população de descendência africana por ser descendente de uma “*raza salvaje*”.

Ya empezamos a desprendernos por completo de nuestros viejos hábitos y de nuestras costumbres tradicionales que aun conservábamos -hasta poco- como un triste rezago de nuestra negra ignorancia, como una fatal memoria del doloroso pasado. “Nuestro porvenir”. (La Broma, 7 de julio de 1881, p. 1.)

Nessa linha, talvez seja pertinente pensar a teoria do "Estádio do Espelho", de Jacques Lacan, que sustenta a ideia de que o ser humano atinge o domínio de percepção e plenitude do corpo por meio do espelho (LACAN, 1966). Nos primeiros anos de vida, a criança não tem plena consciência de sua imagem formada, ou seja, sua visão é fragmentada. O "eu" é construído a partir de uma imagem externa, isto é, de fora. Por isso, a formação da identidade pressupõe a visão do Outro.

O discurso racista da elite branca produziu imagens distorcidas do projeto de civilização e, conseqüentemente, do ser civilizado. Nesse processo, que Lacan chamou de "o imaginário", a linguagem teve um papel importante na constituição do psiquismo do coletivo afro-argentino.

No entanto, deve-se destacar que, embora diversos artigos tenham sido publicados sob a ótica pejorativa de *lo africano*, em resistência a essa invisibilidade, a comunidade negra também expressou seus argumentos, discussões e críticas em pelo menos meia dúzia de jornais, cujos mais destacados foram: El Artesano, La Broma, La Igualdad, La Juventud, El Proletario, La Raza Africana, El Tambor y El Unionista. Las representaciones de los afrodescendientes como sujetos pasivos, manipulables y sin agencia racional, contrastan con el panorama que brindan los periódicos y las obras literarias de autores de esa comunidad (GUEVARA-JARAMILLO, 2019, p. 1).

Apesar disso, é preciso destacar que, na década de 1870, um grupo de intelectuais *afroporteño* reivindicou a sua voz e assumiu destaque no campo dos letrados. Disposta a resistir ao discurso depreciativo e invisibilizador, a comunidade afro-portenha se envolveu na atribuição de seu lugar na construção do país.

Los periódicos comunitarios dan testimonio de cómo los afroporteños/as percibían su progresivo relegamiento de la historia oficial que se construía omitiendo la activa participación de la comunidad en distintos ámbitos; se mostraban conscientes de la gradual invisibilización que padecían y luchaban arduamente por ser escuchados/as. La falta de reconocimiento y la discriminación llevaron a que muchos fueran aceptando el lugar al cual se los confinaba; ocultaban su pasado afro, su cultura y saberes para comulgar con un Estado cada vez más racista y una nación que pretendía identificarse con lo “blanco-europeo”, al mismo tiempo que consideraba lo africano como bárbaro y atrasado (GOMES et al., 2006, p.28).

No período do regime rosista — como forma de reduzir a opinião contrária à propaganda oficial — a imprensa ficou restrita ao filtro do governo. Após sua queda, a imprensa floresceu consideravelmente entre os setores "subalternizados" da sociedade. Segundo Sábató (2010), estima-se que para cada quatro habitantes da cidade de Buenos Aires havia uma edição de jornal. Assim, a imprensa tornou-se um elemento central da vida política.

Los estudios sobre la presencia africana en Argentina han puesto de relieve la existencia de una activa prensa afroargentina defensora de los intereses de la comunidad negra en el siglo XIX. Aprovechando el despegue periodístico que se produjo en aquel entonces, los afroargentinos practicaron un periodismo muy prolífico, constituyendo una fuerza histórica elemental y tremenda (YAO, 2004, p. 1).

A imprensa afrodescendente de Buenos Aires também se dedicava a publicar versos e poesias. Colaboraram nestas seções, importantes poetas e escritores da comunidade afro, como Casildo Thompson, Froilán Bello, Gabino Ezeiza, Mateo Elejalde, Horacio Mendizábal, entre outros. Seguindo as tendências da época, os poetas afro-argentinos exploraram temas típicos do romantismo - como o amor, a exaltação da natureza e a pátria. “La poesía es un registro privilegiado para entender las posturas de un sector afrodescendiente letrado en torno a las representaciones difundidas sobre ellos en la literatura de las élites.” (GUEVARA-JARAMILLO, 2019).

Uma das vozes mais críticas dos poetas afro-argentinos foi a de Casildo Thompson. Thompson nasceu na cidade de Buenos Aires em 1856. Como seu pai, Casildo Thompson também serviu como militar, por onde tiveram acesso à elite afro-argentina.

Para Guevara-Jaramillo (2019), sua obra pode ser o melhor exemplo da estratégia de reversão das representações hegemônicas, ou seja, a reversão da dicotomia entre civilização e barbárie. Em seu Canto al África, publicado em 1877, Thompson propôs uma inversão dos modelos civilizatórios, nessa perspectiva, os bárbaros foram encarnados pelos europeus e brancos da nação argentina.

Bajo un cielo fulgente
De límpido color, con blancas nubes
Como tejidas alas de querubes;
[...]Bajo un sol de flamígeros colores
Que ilumina el espacio en rayos de oro,
Con un aire de aromas y un tesoro [...]
Hay una tierra virgen que fué cuna,
Por duelo o por fortuna,
De una raza que es mártir por su historia.
Raza digna de gloria
Porque es noble y activa [...]
Y sin temblar, la fraticida mano
De un bárbaro Caín, cruel inhumano...
¿Sabéis cómo se llama
Esa tierra divina y bendecida,
Esa joya que al mundo Dios legara,
Esa púdica virgen ofendida
Que humillada descuella?
Se llama África, sí, Africa Bella! [...]
(THOMPSON, 1878, Canto al África, p. 116. In: FORD, Jorje Miguel.
Beneméritos de mi estirpe, 1899).

Este talvez seja o mais potente poema afro-argentino, publicado em 1877 por La Juventud. Thompson condena veementemente o colonialismo e o racismo, revertendo a forma como os africanos e afrodescendentes foram representados na perspectiva da elite branca argentina. O poema descreve a crueldade do tráfico de escravizados e, acima de tudo, reivindica valores e contribuições africanas, levando ao que mais tarde seria conhecido como o movimento da negritude.

Horacio Mendizábal, outro importante poeta, afirmou na época que “la poesía está destinada a levantar de su marasmo a una raza desvalida, condenada a la esclavitud, al servilismo, al envilecimiento moral y material” (SOLOMIANSKY, 2004, p. 29-41)

Em sua obra *Horas de meditación* (1869), reproduz uma dura crítica à sociedade racista e à invisibilidade a que eram submetidos os afro-argentinos: “Poetas, vosotros que buscáis la libertad, que rendís culto á la justicia, defended á esa raza desgraciada y seréis bendecidos.” (MENDIZÁBAL, 1869, p. 21)..

Poemas como os de Thompson e Mendizábal não eram tão comuns entre os poetas afro-argentinos. Em geral, os intelectuais *afroporteños* atribuíam o “atraso” de sua comunidade às representações revalidadas pela própria comunidade afro em um “proceso de producción de hegemonía” (GELER, 2008, p. 182).

Para Lewis (2010, p. 24-25), a obra poética do coletivo afro costumava se inspirar nos cânones e nas correntes da época e, embora parecessem “*novedosas*”, situavam os afrodescendentes como sujeitos, e não mais como objetos do discurso.

Segundo Yao (2016), a leitura dessas publicações não somente verifica a vida social ativa da comunidade afro nos debates políticos e econômicos, mas também mostra seus discursos de sobrevivência diante do preconceito racial. Apesar da liberdade total decretada, a diferença de tratamento entre brancos e negros permaneceu segregacionista:

Tras los grandes progresos que siguen la huella civilizadora, aún quedan rastros de oscurantismo que nos llena el alma de tristes reminiscencias. [...] Era un aviso de la empresa del Jardín Florida, que anunciaba la prohibición de la entrada a la gente de color. Otro día, leyendo los avisos de La Prensa, fijamos nuestra vista en uno del “Circo Nacional”, que prohibía también la entrada a negras y mulatas. [...] ¿Acaso se quieren pisotear las leyes democráticas del país en hemos nacido? (La Broma, el 11 de diciembre de 1879).

Segundo Geler (2010), que estudou com profundidade o florescimento da imprensa afro-argentina no século XIX, os afro-argentinos estavam cientes do poder dos jornais na sociedade. As publicações dos jornalistas não foram por acaso, funcionaram como um dispositivo de controle para o grupo. No entanto, fazer jornalismo exigia um nível mínimo de formação, do qual a maioria dos afro-argentinos da época não desfrutava. Poucos — que compunham a elite — conseguiam exercer a função (YAO, 2004).

Entre os jornais mais populares, cabe destacar *La Juventud* (1842) e *La Broma* (1873), que, embora tenham assumido posições distintas em relação à ideia de raça, classe social e progresso, foram os órgãos de maior alcance entre a comunidade afro.

La Juventud publicava um exemplar a cada dez dias, dirigida por Gabino M. Arrieta, redator dos editoriais, e Gabino Ezeiza, cuja função era a de crítico literário e poeta. *La Broma* aparecia semanalmente e na maioria das vezes os editoriais não eram assinados. Segundo Andrews (1989), a relação entre os jornais costumava ser conflituosa: as diferenças de posições políticas e ideológicas muitas vezes levavam a confrontos entre os membros dos jornais. Apesar disso, *La Juventud* se manteve como a voz da classe trabalhadora, enquanto *La Broma* representou a classe média afro-portenha.

En *La Broma* encontrará el lector, detalles de todo lo que acontezca en nuestra sociedad, especializándose en las noticias y crónicas de baile, para que el bello

sexo, que es a quien dedicamos esta hoja, no quede descontento de nuestro servicio (La Broma, 20 de setiembre de 1877).

No entanto, La Broma também utilizou seu espaço como mecanismo de denúncia, sobretudo para defender os direitos que o discurso dos cidadãos conferia à população negra:

Los hombres encargados de hacer respetar y cumplir la constitución son los primeros en violarla. Empezando por excluirnos de todo derecho a aspirar a cualquier puesto político. [...] la igualdad en nuestra patria solo existe en la forma (La Broma, 18 de diciembre de 1879)

Como em La Broma, os editores de La Juventud também abordaram as questões políticas do Estado. As publicações não apenas expressaram um ponto de vista contrário ao oligárquico, mas também manifestaram um projeto lúcido e progressista de democratização do país.

Da mesma forma, em todos os jornais do coletivo afro se pensou o exercício de uma consciência crítica sobre o passado, ou seja, a frequente reflexão sobre a presença e importância de seus ancestrais na construção do país:

¡Sí! Porque esa libertad de que gozan los que hoy nos escarnecen no se la deben a ellos mismos sino a los sacrificios heroicos y abnegados de esa raza indomable. [...] (La Broma, 20 de noviembre de 1879).

Apesar disso, essas obras não tiveram reconhecimento como parte integrante da literatura nacional, porém, são memórias que mostram a luta pela integração dos aportes e importância dos afrodescendentes ao projeto nacional.

Por fim, a imprensa afro-argentina, além de cumprir uma função informativa, desempenhou um papel fundamental na sociedade argentina do século XIX: tornou-se a plataforma para informar e denunciar qualquer propensão restritiva ao grupo afrodescendente. Não obstante, embora suas publicações nem sempre tenham sido contra-hegemônicas, revelaram as lutas e enfrentamentos de seus autores para se inserirem como protagonistas nas artes, na história e na nação.

REFERÊNCIAS

ALBERDI, J. B. Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina. Buenos Aires: Museo Mitre, 1852.

ANDREWS, G.R. Los afroargentinos de Buenos Aires. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1989.

FRUGONI, S. Imaginación y Escritura. 2003. Disponible en: <<https://es.scribd.com/document/.../Frugoni-Sergio-Imaginacion-Y-Escritura-pdf>> Acceso en 10 may.2019.

GELER, L. Andares negros, caminos blancos. Afroporteños, Estado y nación Argentina a fines del siglo XIX. Rosario: Prohistoria, 2010.

GELER, L. Marcando lentamente la obra de nuestra reorganización: intelectuales subalternos afroporteños y la construcción del estado nacional argentino a finales del siglo XIX”. Mónica Mauri Martínez y Eugenia Rodríguez Blanco (coords.). *Intelectuales, mediadores y antropólogos. La traducción y la reinterpretación de lo global en lo local*. San Sebastián: Ankulegi, 2008 171-185.

GHIDOLI, M. del L. La trama racializada de lo visual. Una aproximación a las representaciones grotescas de los afroargentinos. *Corpus Archivos virtuales de la alteridad americana* Vol 6, No 2 | 2016 Julio / Diciembre 2016.

GOMES, M. V. et al. *La Argentina también es afro. Edición Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo (INADI) Ministerio de Justicia y Derechos Humanos – Presidencia de la Nación, 2006.*

GOMES, M. V. *La presencia negroafricana en la Argentina. Pasado y permanencia*, Bibliopress, Año 5, Núm. 9, Buenos Aires, Argentina, Biblioteca del Congreso de la Nación (BCN), Octubre - Diciembre de 2002.

GUEVARA-JARAMILLO, N. Afrodescendientes, cuerpo y nación en Argentina: una exploración a partir de la literatura (1837-1882). *Cultura representaciones soc*, México, v. 13, n. 26, p. 62-96, 2019. Disponible en: <<http://www.culturayrs.org.mx/index.php/CRS/article/view/639/861#B22>>. Acceso en 20 jun. 2019.

GUEVARA-JARAMILLO, N. *Hacia la luz de la civilización: afrodescendientes y nación en la literatura argentina (1851-1882)*. *Latinoamérica*, México, n. 66, p. 201-222, jun. 2018. Disponible en: <<http://www.scielo.org.mx/pdf/latinoam/n66/2448-6914-latinoam-66-201.pdf>>. Acceso en 20 jun.2019.

HUYSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro, Aeroplano Editora, Universidade Cândido Mendes, Museu de Arte Moderna-RJ, 2000.

LACAN, J. (1998). *O estádio do espelho como formador da função do eu*. In: J. Lacan, *Escritos*. (V. Ribeiro, trad.; pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. (Original publicado em 1966)

LEWIS, M. A. *El discurso afroargentino: otra dimensión de la diáspora negra*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2010.

MÁRMOL, J. Amalia. Tomos i y ii. Leipzig: F.A. Brockhausl, 1877.

MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

- MENDIZÁBAL, E. Horas de meditación. Imprenta Buenos Aires, 1869.
- MIGNOLO, Walter. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. In: RBCS. v. 32. n. 94. 2017a. Disponível em Acesso em: 18 outubro 2020.
- RAMA, A. La ciudad letrada. Hanover, Ediciones del Noite, 1984.
- SAID, Edward. Cultura e Imperialismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- SERGE, G. A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Séculos XVI-XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SHUMWAY, Nicolas. A invenção da Argentina. Editora Edusp, 2008.
- SOLOMIANSKI, A. Identidades secretas: la negritud argentina. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2003.
- THOMPSON, C. G. “Canto al África”. In: FORD, Jorje Miguel. Beneméritos de mi estirpe. La Plata: Tipografía de la Escuela de Artes y Oficios, 1899, p. 116.
- YAO, Jean-Arsène. El poder de la prensa, la prensa del poder: reflexión entorno al periodismo afroargentino. Amnis, nº4, 2004.
- YAO, Jean-Arsène. Construcciones de lo negro: una lectura ideológica de las representaciones de los “los bufones de Rosas”. Estudios Históricos – CDHRPyB - Año VII - Uruguay, Julio, 2015.
- YAO, Jean-Arsène. Mismidad, otredad y ciudadanía en la prensa afroargentina de finales del siglo XIX. Temas americanistas. Número 37, diciembre 2016.

Publicaciones periódicas:

- La Broma (1873)
- La Broma, 20 de setiembre de 1877
- La Broma, 18 de diciembre de 1879
- La Broma, 20 de noviembre de 1879
- La Broma, el 11 de diciembre de 1879
- La Broma, 7 de julio de 1881

*Submetido em abril de 2021.
Aprovado em maio de 2021.*

Informações da autora:

Andressa Bastos Paz
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
E-mail: andressabastospaz@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7950-6765>
Link Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3190717002394497>